

# O TRABALHO COLETIVO NA ROTINA ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

RIBEIRO. Sonisvaldo de Souza <sup>1</sup>

SANTOS, Silvia Alves dos <sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho discute a importância da ação coletiva no dia-a-dia escolar. Como exemplar para fundamentar tal afirmação usaremos a construção, de forma coletiva, do projeto político-pedagógico e também o papel das instâncias colegiadas tais como: Conselho Escolar, APMF (Associação de Pais Mestres e Funcionários), Grêmio Estudantil, Conselho de Classe. Essas instâncias são facilitadoras no desenvolvimento de um trabalho coletivo.

**Palavras-chave:** trabalho coletivo, projeto político-pedagógico, Instância colegiada.

## ABSTRACT

This work discusses the importance of collective action of scholar routine. As an example to pave the way for such affirmation, we will use the construction, in a collective way, of political-pedagogic project and also the role of Collegiate Instances such as: School Counseling, Parent-Teacher Association, Student Awards, Academic Council. These instances facilitate the development of a collective work.

**Keywords:** Collective work; Political-pedagogic Project; Collegiate Instances.

## Introdução

O trabalho coletivo no âmbito escolar consiste na integração das atividades do corpo docente, direção e equipe pedagógica tendo por objetivo a aprendizagem do educando. As ações docentes necessitam ter por meta uma educação, que contribua para a formação do aluno cidadão consciente de seu papel

---

<sup>1</sup> Professor de Língua Portuguesa, Colégio Estadual “11 de Outubro” – Cambé – Pr.

<sup>2</sup> Professora orientadora do PDE do departamento de Educação - UEL

na sociedade contemporânea. Todos os esforços no sentido de se produzir um trabalho coletivo teria como finalidade maior a construção de uma sociedade igualitária, com menos desigualdades sociais, que todos possam usufruir do patrimônio cultural acumulado pela humanidade: conhecimento científico, bens e serviços gerando qualidade de vida.

Procurar-se-á demonstrar através deste artigo as dificuldades em realizar um trabalho coletivo na escola pública, pois estão presentes a cultura do individualismo e também toda estrutura organizacional da escola dificultando que este trabalho coletivo se concretize de fato. Serão apresentados vários entraves no que se refere ao corpo docente, equipe pedagógica e a não aceitação da mesma no espaço escolar. Outro elemento dificultador é o gestor do estabelecimento, cuja ação se desenvolve de forma centralizada, pois há uma hierarquização do poder na escola pública.

Inicialmente, no item um do artigo há a apresentação do resultado de uma entrevista realizada em dezembro de 2007 com professores e funcionários do Col. Estadual 11 de Outubro – Ensino Fundamental e Médio, localizado na periferia do município de Cambé - Paraná, cujo objetivo seria perceber até que ponto professores e funcionários do Col. Est. 11 de Outubro conhecem e estão envolvidos na construção do projeto político-pedagógico da instituição de ensino. Nessa entrevista é feita uma análise das respostas dadas pelos professores e funcionários.

A entrevista é composta por cinco questões, sempre com o cuidado de não se interferir nas respostas dadas: as questões eram apresentadas ao entrevistado sem qualquer interferência do entrevistador, cujo trabalho deste era apenas apresentar a pergunta e registrar as possíveis respostas. Num segundo momento, aborda-se o trabalho coletivo e uma análise das dificuldades em realizá-lo e por fim, há a abordagem da participação dos outros segmentos da comunidade escolar tais como: professor, equipe pedagógica, direção, conselho escolar, APMF (Associação de Pais, Mestres e

Funcionários), Conselho de Classe e Grêmio Estudantil. São apresentadas as possíveis dificuldades dessa participação.

**1. Entrevista realizada com professores e funcionários do Colégio Estadual 11 de Outubro -Ensino Fundamental e Médio – Cambé – Paraná – 2007**

Em dezembro de 2007, na última semana do ano letivo, eu Sonisvaldo de Souza Ribeiro, professor PDE 2007 no curso de Gestão Escolar, procurei entrevistar professores e funcionários do Col. Est. 11 de Outubro, localizado na periferia do município de Cambé, Paraná. O Objetivo da entrevista seria conhecer a realidade da escola no que se refere à construção, execução e avaliação do projeto político-pedagógico. Foram entrevistados vinte e quatro professores, 50% do quadro e oito funcionários entre serviços gerais e administrativo, totalizando 41% do total.

O quadro de professores é composto por QPM (professores concursados) e também professor PSS (professores temporários), porém não houve separação ao serem entrevistados, apenas a manutenção do percentual de 50% de entrevistados de cada segmento. Entre os funcionários, há poucos que não fazem parte do quadro efetivo, também não houve separação para a entrevista, foram 41% dos entrevistados;

As questões apresentadas aos professores e funcionários foram as seguintes:

1. O que você entende por projeto político-pedagógico?
2. Você participou na elaboração do projeto político-pedagógico do Col. Est. 11 de Outubro? Em que momentos?
3. De quem é responsabilidade em construir o projeto-político-pedagógico da escola?
4. Compete a quem a execução do projeto político-pedagógico? Aqui no Col. Est. 11 de Outubro ele é colocado em prática?

5. Você conhece as diretrizes curriculares e os conteúdos estruturantes de sua disciplina? (apenas para professores).

Através das respostas às perguntas feitas, na entrevista, foi possível saber se o corpo docente e funcionários participaram e ou conhecem o projeto político-pedagógico do Col. Est. 11 de Outubro e também se os professores conhecem as diretrizes curriculares de sua disciplina e os conteúdos estruturantes de cada uma delas.

### **1.1- Processo de elaboração do projeto político-pedagógico do Col. Est. 11 de Outubro.**

Ao analisar as respostas da questão 01 dadas pelos professores, fica evidente que todos sabem o que seria o projeto político-pedagógico, pois as respostas foram muito parecidas e coerentes. A conceituação dada pelos professores, na sua grande maioria, afirma que o projeto político-pedagógico norteia todo trabalho desenvolvido no interior da escola, traz a realidade da comunidade escolar, características da região, população. Este conceito assemelha-se ao de (VEIGA, 2005 p.22) “O projeto político-pedagógico é entendido [...] como a própria organização do trabalho pedagógico da escola”.

Esse fato parece apontar para um interessante ponto, os professores conhecem, na teoria, o que seria o projeto político-pedagógico, porém, percebemos que, na prática essa relação não é feita, o professor parece não estabelecer uma relação entre a construção do projeto político-pedagógico com as políticas educacionais desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação. A organização do projeto político-pedagógico não pode divergir das diretrizes gerais estabelecidas pela SEED.

Entre os funcionários houve uma maior variedade e também uma conceituação mais simplista, faltando maior embasamento teórico. Para os funcionários o projeto político-pedagógico é o documento que dá as diretrizes, as normas para a

escola ou é a elaboração das metas a serem seguidas pela escola. Ou mesmo projeto político-pedagógico seria uma reunião de professores e funcionários e direção para falar sobre os assuntos relacionados à escola. Pode-se observar que essas conceituações se afastam da pretendida, os funcionários vêem a elaboração do projeto político-pedagógico mais como uma obrigação da direção e equipe pedagógica.

Há certa resistência dos funcionários em participar das reuniões pedagógicas, em especial, as merendeiras e as faxineiras, não se sentem confortáveis, muitas dizem entender muito pouco daquilo que é falado em reunião e isso traz constrangimentos. Percebe-se esta situação na formação dos grupos de estudo, é difícil mesclar no grupo professores e funcionários, os últimos não querem se separar nos diversos grupos formados, sentem-se inseguros.

Na resposta 02 (Você participou na elaboração do projeto político-pedagógico do Col. Est. 11 de Outubro? Em que momentos?) há uma contradição: embora o professor saiba conceituar o que seja o projeto político-pedagógico, houve pouca participação na sua elaboração, e muitos não leram o projeto, no decorrer do ano letivo, participaram de sua realimentação em momentos pontuais, não há uma preocupação constante em estar retomando o projeto, no sentido de sua execução e ou avaliação.

A legislação vigente estabelece o cumprimento de no mínimo duzentos dias letivos e isso traz dificuldades em proporcionar reuniões para se discutir a elaboração do projeto político-pedagógico.

Quase sempre o calendário só dá abrigo a atividades rotineiras. A elaboração do projeto político-pedagógico, com frequência, não é considerada atividade de rotina. Não entra, portanto, no calendário. Sabemos que, muitas vezes, o que não está em calendário não existe (ROSSA, 1999 p. 60)

Semanalmente, os professores poderiam retomar, em sua hora/atividade, a leitura de um referencial teórico para contribuir na elaboração do projeto político-pedagógico também para subsidiar o planejamento docente, mas isso pouco acontece. Os funcionários

conhecem menos o projeto político-pedagógico, não se sentem educadores, não há um tempo reservado em seu horário de trabalho para dedicarem-se a uma leitura, e ou um embasamento teórico.

Há um número reduzido de funcionários nas escolas e uma sobrecarga de trabalho, dificultando a criação de um espaço para grupos de estudos, seria necessário reservar este espaço para estudo no horário de trabalho, conforme, ocorre com professores na hora/atividade.

A SEED (Secretaria de Estado da Educação) tem oportunizado através da política de formação continuada cursos de capacitação aos funcionários (Pró-funcionários). Recentemente, a Secretária de Estado da Educação do Paraná anunciou, através do Portal Dia-a-dia da Educação, que em 2009, serão implantados dois novos cursos para os funcionários das escolas estaduais. Os cursos Proeja, para os funcionários que ainda não concluíram o ensino médio e o curso de Biblioteconomia. São cursos organizados pelo Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Estado da Educação. Essa iniciativa trará benefícios ao ambiente escolar, porém falta melhoria nas condições de trabalho para funcionários, melhorar o porte das escolas, abrir demanda para a contratação de mais funcionários tanto no setor administrativo quanto serviços gerais.

Na questão 03 100% de professores e funcionários colocam que é de responsabilidade de todos a elaboração do projeto político-pedagógico, porém na questão. 04 a execução do mesmo é parcial, talvez falte um maior cuidado, articulação da direção e equipe pedagógica para que aconteça de maneira eficaz. A equipe pedagógica possui a tarefa de articuladora na construção do projeto político-pedagógico, deveria fazer parte de seu plano de ação, mas acaba assumindo outros trabalhos na escola e a construção do projeto político-pedagógico fica para segundo plano. É interessante observar que, para os funcionários a tarefa de concluir, finalizar o projeto político-pedagógico seria da equipe e da direção, o que mais

uma vez percebe-se a dificuldade dos funcionários em sentirem-se parte na elaboração desse documento.

O que chama a atenção na questão 05 seria 13% de professores não conhecerem e ou conhecerem superficialmente as diretrizes curriculares da disciplina que lecionam. Ao analisar as entrevistas esta resposta foi dada por professores temporários, embora isso não justifica o fato. O professor, ao assumir regência de sala, necessariamente, precisa conhecer as diretrizes curriculares da disciplina e também os conteúdos estruturantes, caso contrário fica difícil organizar o planejamento da ação docente.

Mais uma vez, enfatizamos a necessidade da formação continuada. Cursos de capacitação ao corpo docente promovidos pelo DEB ( Departamento de Educação Básica), a exemplo do que ocorreu no final do primeiro semestre de 2008 na região de Londrina, Paraná. Embora a construção das diretrizes curriculares foi uma contribuição direta do professor é uma contradição muitos docentes não a conhecerem, por isso é preciso garantir capacitação a todos os docentes independente de seu vínculo empregatício.

Outra iniciativa interessante seria aperfeiçoar os GTRs ( grupo de trabalho em rede), disseminar as políticas públicas da Secretaria de Estado da Educação, certamente, com baixo custo.

É preciso maior divulgação das diretrizes curriculares de cada disciplina, pois “as Diretrizes Curriculares organizam-se a partir das disciplinas que compõem a base nacional comum e a parte diversificada” (DCE, 2006 p.7).

## **1.2 O trabalho coletivo na dinâmica escolar**

O trabalho coletivo na instituição escolar deveria ocorrer em vários momentos, porém inúmeros são os entraves para que isso aconteça. Far-se-á, a seguir, uma breve explanação sobre esses momentos e as dificuldades de se concretizar esta ação.

No início do ano letivo, ocorre o planejamento da ação docente, porém este planejamento não é pensado de forma coletiva,

integrando as diversas áreas do conhecimento, o máximo que ocorre são os professores se organizarem por disciplina e série, cada professor organiza, planeja o conteúdo que irá trabalhar, falta um acompanhamento da equipe pedagógica, que, na maioria das vezes, apenas estabelece um prazo para entrega do planejamento.

A Equipe pedagógica precisa colocar à disposição do professor material impresso, um referencial teórico e também ter disponível o projeto político-pedagógico da instituição, pois o planejamento da ação docente deve estar pautado nos encaminhamentos presentes no projeto político-pedagógico.

O planejamento educacional é de extrema importância conforme observa Gadotti (2004).

Planejar a educação é ação de extrema relevância para melhor organização do trabalho na escola, cuja existência só pode ser legitimada pela consecução, com eficiência, eficácia e qualidade, dos fins para os quais ela foi criada e é mantida pela sociedade. Observe-se que não é possível dissociar a idéia de planejamento educacional e escolar da necessidade de se desenvolver, através de discussões e deliberações coletivas, um projeto-pedagógico da unidade escolar. (GADOTTI 2004, p. 81)

Seria importante discutir com o professor se o mesmo conhece as diretrizes curriculares da disciplina, uma vez que o trabalho deste deveria ser embasado por este documento. Muitos professores, na maioria das vezes, copiam o planejamento do ano anterior, sem uma reflexão aprofundada em relação aos conteúdos trabalhados anteriormente, se realmente são relevantes àquela série. Seria necessária uma análise mais aprofundada em relação aos conteúdos propostos para cada série, verificar a relevância dos mesmos, avaliar que implicações este ou aquele conteúdo trará na formação do educando, no decorrer do curso. É preciso ter clareza quanto à formação integral do aluno em todas as séries, como será sua formação ao término da modalidade de ensino cursada.

Na prática das escolas as disciplinas e, muitas vezes, os conteúdos de uma mesma disciplina são trabalhados de forma



estanque, sem que docente ou aprendiz façam as relações necessárias entre eles. Essa forma de ver o conteúdo apenas como um conjunto de conceitos a serem armazenados de forma arbitrária, não mais condiz com as necessidades modernas.

Esta forma de organização das disciplinas ou mesmo dos conteúdos, seria uma das grandes dificuldades em se estabelecer um trabalho verdadeiramente coletivo na escola. As aulas organizadas rigidamente por disciplina em hora/aula, e também a rigidez quanto ao calendário letivo, não há espaço para a organização de várias reuniões pedagógicas com todo corpo docente. No decorrer do ano letivo, cada professor tem trabalhado de forma compartimentada por disciplina sem a devida integração das áreas do conhecimento, o professor, muitas vezes, não conhece, nem sabe que conteúdo está sendo trabalhado por outro professor, resta ao aluno estabelecer esta relação por si. Seria necessária a quebra desse paradigma para se estabelecer outro que correspondesse à demanda da sociedade atual, neste mundo globalizado.

A falta deste trabalho integrado nas escolas faz com que os alunos não consigam estabelecer essa forma de pensamento na sua vida cotidiana. Passam a pensar de forma compartimentada também nas situações do mundo do trabalho.

A sociedade contemporânea exige outra postura do trabalhador, este precisa saber relacionar-se em equipe, há uma valorização do coletivo, a escola precisa acompanhar essas mudanças. É importante salientar que trabalhar de forma coletiva, desenvolver criatividade, dentre outros são habilidades que podem ser desenvolvidas sem que o papel do professor ou mesmo dos conteúdos sejam deslocados para um segundo plano.

Outra fragilidade da escola para se estabelecer um trabalho coletivo é a dificuldade em mobilizar o corpo docente para esta tarefa: dificilmente é possível reunir o coletivo de professores para uma reunião pedagógica. Muitos professores trabalham em várias escolas e há dificuldades em conseguir dispensa da outra

instituição e participar da reunião pedagógica, também não há flexibilidade no calendário escolar, as reuniões pedagógicas são unificadas no município e, desta forma, o professor precisa optar por esta ou aquela escola quando trabalha em mais de uma instituição de ensino.

Geralmente, quando a equipe pedagógica propõe leituras como tarefa para embasar a discussão, o professor dificilmente cumpre, há uma grande resistência, o docente sempre alega não ter tempo, quer atividades práticas e ou receitas prontas e isso dificulta qualquer trabalho consistente, pois o mesmo necessita de embasamento teórico. Uma das saídas para o problema e na tentativa de dar mais consistência ao trabalho pedagógico, a partir de 2008, a SEED (Secretaria de Estado da Educação) sugeriu que as escolas organizassem a hora/atividade concentrada por disciplina em um dos dias da semana. Desta forma, oportunizar ao professor a troca de experiência na hora/atividade concentrada, assim os professores da mesma disciplina em séries distintas têm a oportunidade de dialogarem e planejarem atividades nas diversas séries.

Essa ação da SEED (Secretaria de Estado da Educação) trouxe benefícios ao profissional comprometido, zeloso. Há um número significativo de professores que encaram a hora/atividade como um momento de descanso da sala de aula. As equipes de ensino dos núcleos regionais de ensino, ao visitar as escolas têm observado que a hora/atividade não é um espaço aproveitado por muitos professores, certamente, falta compromisso desses profissionais. Esse encontro de professores da mesma disciplina, na hora/atividade concentrada, seria a oportunidade para as sugestões e também conhecer o trabalho dos demais colegas, isso facilita a ação coletiva. Mesmo assim, continua a fragmentação por disciplina.

Seria importante o docente ter contato com outras áreas do conhecimento, o que está sendo trabalhado em outra área. A hora/atividade concentrada poderia ser fora do turno em que o

docente possui gerência de sala para que os docentes possam conversar e organizar um trabalho pedagógico coletivo, pensado e planejado sob a coordenação da equipe pedagógica.

Para que a escola seja realmente democrática é preciso abolir a seletividade e o alto índice de evasão presentes na escola pública, pois conforme Pimenta (2002)

[...] tornar a escola democrática hoje significa modifica-la, a fim de que cada vez maior parcela das camadas populares nela ingresse e permaneça. Dessa forma a escola poderá cumprir aquilo que lhe é específico, enquanto instância social que luta pela transformação: a socialização do saber. (PIMENTA 2002, p12):

Nas escolas públicas paranaenses, em especial, as periféricas ocorre um alto índice de rotatividade de professores durante o ano letivo, e também ao final deste, durante os concursos de remoção. A equipe pedagógica precisa sempre recomeçar, não há um avanço na proposta pedagógica, isso, certamente, é um complicador para se obter sucesso no trabalho coletivo escolar. Uma das possíveis políticas da SEED seria diminuir sensivelmente o número de professores temporários e aumentar o percentual de professores do quadro próprio do magistério, esses profissionais terem lotação fixa. Diminuir a rotatividade de professores, nas escolas, dar continuidade ao planejamento da ação pedagógica, sem a freqüente troca de professores, a cada ano, é meta da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Essa situação tem melhorado, nos últimos anos, com as recentes contratações de professores através de concurso público, certamente, esse é um dos caminhos para uma educação de qualidade. Seria importante que o professor se dedicasse exclusivamente ao magistério. Para que isso torne-se realidade, é preciso valorização desse profissional e abertura de concurso com 40 horas e não 20 horas, conforme, ocorre atualmente. Quando o estado abre concurso com vinte horas, facilita ao professor exercer duas

atividades profissionais e conseqüentemente, a fragmentação do trabalho docente.

É responsabilidade do professor elaborar a proposta curricular do estabelecimento, conforme determina a nova LDB lei 9394/96, a qual estabelece no seu art. 12 inciso I, que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” , porém o grande desafio é a elaboração da proposta curricular que deverá estar contemplada no projeto político-pedagógico de forma coletiva. É preciso maior participação dos diversos segmentos da comunidade escolar para se ter nas escolas uma gestão verdadeiramente democrática.

O projeto político-pedagógico ocupa um papel central na construção de processos de participação, portanto, na implementação de uma gestão democrática. Envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto pedagógico constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa (MEC, 2007, p.22)

Para elaboração da proposta curricular, certamente, o professor precisa conhecer as diretrizes curriculares de sua disciplina, fazer uma análise em relação aos conteúdos propostos. Promover um grande debate, qual currículo real a ser implantado, qual sua importância para a formação do educando, desta forma, ocorreria, de fato, uma ação pedagógica coletiva.

A garantia da participação de todos os segmentos da comunidade escolar seria um pressuposto para se obter sucesso na construção do projeto político-pedagógico, porém em muitas escolas isso não ocorre conforme relato abaixo.

Há, por exemplo, escolas que estabelecem rigorosa divisão entre o trabalho de concepção-elaboração e de execução do projeto. Neste caso, o papel fundamental de decisão não pertence aos que deverão executá-lo, mas aos responsáveis por ele. Essa situação expressa a centralização do poder decisório nas mãos de poucas pessoas (ROSSA,1999, p.65).

Ao contrário da situação descrita anteriormente, é preciso garantir um caráter coletivo, para que todos se sintam co-responsáveis na construção do projeto político-pedagógico (concepção-elaboração e execução), portanto a participação deve ser plural.

A construção coletiva do projeto político-pedagógico é um processo contínuo e dinâmico, que necessita ser realimentado cotidianamente. Exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola. A elaboração do projeto político-pedagógico precisa ser coletiva, conforme Gadotti (2004)

O projeto da escola não é responsabilidade apenas de sua direção. Ao contrário, numa gestão democrática, a direção é escolhida a partir do reconhecimento da competência e da liderança de alguém capaz de executar um projeto coletivo [...] A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico. Ela exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou, menos ainda, os meros receptores dos serviços educacionais (GADOTTI, 2004 p.34-35).

Para uma gestão democrática não basta a eleição do gestor pela comunidade escolar, é preciso a participação de todos na tomada de decisão, em especial, na elaboração do projeto político-pedagógico, que dará identidade à instituição de ensino. O que tem ocorrido, é a centralização do poder nas mãos do gestor escolar, isso gera uma sobrecarga de trabalho para o diretor, muitas vezes, atribulado com questões burocráticas e administrativas acaba deixando de cuidar do mais importante: o pedagógico, conforme observa Gadotti (2004).

[...] a eleição de dirigentes escolares aqui defendida é apenas um dos componentes da gestão democrática do ensino público e só terá efeito prático eficaz se associada a um conjunto de medidas que garantam, por exemplo, a capacitação para a participação efetiva

dos representantes dos segmentos escolares e da comunidade nos destinos da escola pública. Esta participação efetiva, exige, por sua vez, que procuremos entender as características dos sujeitos aos quais estamos nos referindo. (GADOTTI, 2004 p.95):

Faz parte da política da SEED (Secretaria de Estado da Educação) paranaense proporcionar cursos de capacitação aos órgãos colegiados da escola, APMF (Associação de Pais Mestres e Funcionários), Conselho Escolar, Grêmios Estudantis etc. Esta ação tem facilitado a participação efetiva dos diversos segmentos da comunidade escolar na gestão pública.

A construção coletiva do projeto político-pedagógico é o grande desafio a ser enfrentado, pois se faz necessário a participação de todos os segmentos da comunidade escolar: corpo docente, corpo discente, funcionários, pais e órgãos colegiados da instituição escolar. É preciso participação e não apenas colaboração, há necessidade de se conhecer a realidade, saber o que se quer, aonde chegar e depois, como fazer para que haja uma transformação da realidade atual.

Para que seja realmente um processo participativo, é preciso participação nas responsabilidades de elaboração, execução e avaliação, e não apenas na execução. Este procedimento – a participação no processo global de planejamento repercutirá na vida da escola, modificando relações e influenciando positivamente o processo de tomada de decisões (DALMÁS, 1994 p.21)

Outro segmento importante para se efetivar um trabalho coletivo na escola seria a equipe pedagógica. Esta tem, necessariamente, a função de acompanhar e coordenar todo esse processo de formação do educando, porém, o pedagogo, não é aceito pelo corpo docente das escolas, pois conforme Pimenta (2002).

[...] é necessário eliminar os obstáculos que hoje tornam a escola não democrática, dentre os quais o autoritarismo nas relações funcionais, subordinando o ato pedagógico à burocratização do sistema de ensino, impondo às camadas populares um ensino e uma organização escolar que não correspondem às suas

possibilidades: a fragmentação do ato pedagógico de ensinar/aprender, reforçada pela fragmentação do trabalho no interior da escola [...] (PIMENTA 2002, p13)

Este profissional depende do respaldo do diretor da instituição para realizar seu trabalho. Há sempre um esforço enorme no sentido de aceitação por parte dos professores, não há respeito pelo trabalho desempenhado por esse profissional, falta clareza de qual é, realmente, seu papel na instituição escolar, esta situação também traz dificuldades para se desenvolver coletivamente um trabalho, conforme Pimenta (2002).

A equipe pedagógica tem a incumbência de coordenar as discussões para a elaboração do projeto político-pedagógico “entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo” (VEIGA, 2005, p12), daí sua importância. Sem o projeto político-pedagógico torna-se difícil definir que educação se deseja ter, que perfil de aluno pretende formar. Sem esta reflexão, certamente, a escola continuará a servir a classe dominante, a ideologia neoliberal de forma reprodutivista inconsciente ou conscientemente.

No estado do Paraná as diretrizes curriculares estão embasadas na pedagogia histórico-crítica, há uma valorização do saber sistematizado, dá-se ênfase ao conteúdo e não em competências e habilidades, conforme ocorre nos parâmetros curriculares nacionais, “a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (SAVIANI, 2005 p.14).

A função nuclear da escola precisa estar explícita, para que esta não assuma interesses de outra natureza e se descaracterize, pois o indivíduo munido deste conhecimento poderá exercer a plena cidadania, lutar contra a ideologia neoliberal, a exploração do homem neste sistema capitalista.

A escola existe, pois para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado ( ciência) bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica

devem organizar-se a partir dessa questão (SAVIANI, 2005 p.15).

### **1.3 O papel de cada segmento da comunidade escolar**

Neste item procurar-se-á desenvolver a importância da atuação dos órgãos colegiados no interior da escola pública para se construir uma escola democrática:

A participação da comunidade na escola como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação (PARO, 2006 p18).

É importante se ter clareza do papel dos diversos segmentos da comunidade escolar: Conselho Escolar, APMF, Grêmios Estudantil, Equipe Pedagógica, Direção, Corpo docente, Corpo discente, Pais, Conselho de Classe. Todos estes segmentos possuem a responsabilidade da construção de uma escola de qualidade, e para isso, é preciso participação ativa de todos.

O Conselho Escolar é formado por representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar: pelo diretor, que geralmente, é o presidente do conselho, por professores representando as diversas modalidades de ensino, por pedagogos, funcionários, alunos representantes das diversas modalidades de ensino, pais, sociedade civil organizada. “ O Conselho como órgão colegiado, é um espaço coletivo, onde os diferentes segmentos da comunidade escolar e a comunidade local estão representados” (MEC, 2006 p.33), portanto sua atuação é sempre coletiva.

[...] o Conselho Escolar constitui um dos mais importantes mecanismos de democratização da gestão de uma escola. Nessa direção quanto mais ativa e ampla for a participação dos membros do Conselho Escolar na vida da escola, maiores serão as possibilidades de fortalecimento dos mecanismos de participação e decisão coletivos” (MEC, 2007 p 45)

A legislação vigente obriga as escolas a formarem um Conselho Escolar, para que os mesmos possam aprovar a aplicação



de escassos recursos, porém a participação deste segmento precisaria ser mais ativa no interior da escola, sua composição é bastante difícil: em especial, o segmento de pais, que, geralmente, alegam não terem tempo para as reuniões e também por não se sentirem pertencentes à escola, ora por serem convocados a comparecerem em momentos pontuais na escola, geralmente, para receberem reclamações de seus filhos, ora por não se sentirem à vontade para opinar em questões pedagógicas.

A atuação do Conselho escolar, sem dúvida, oportuniza a democratização da escola pública, esta instância colegiada precisa acompanhar e deliberar no que se refere à atuação da APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários). “ É fundamental que os membros do Conselho Escolar contribuam, participando na elaboração e na avaliação do projeto político-pedagógico da escola e acompanhando sua execução” (MEC, 2006 p. 33). Este é outro momento oportuno para a realização do trabalho coletivo, pois no projeto político-pedagógico está explícito toda ação pedagógica desenvolvida na escola.

A constituição da APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) nas escolas tem por objetivo auxiliar a direção do estabelecimento no sentido de promover o entrosamento entre pais, alunos, professores, funcionários da escola. A Associação de Pais mestres e Funcionários constitui-se em mais um momento de descentralização do poder. Esta tem organizado, nas escolas, atividades culturais, desportivas e também em promoções festivas para captar recursos, porém deveria envolver-se em questões pedagógicas escolares: conhecer o rendimento dos alunos, suas dificuldades de aprendizagem, o índice de evasão e repetência do educando. A diretoria da APMF juntamente com a direção precisariam organizar palestras com pais, que tratassem de temas importantes ligados à educação de filhos (consumo de drogas, gravidez na adolescência, violência etc.), são temas de interesse dos pais.

A atuação da Associação de Pais, Mestres e Funcionários depende muito da gestão escolar, se a gestão for dinâmica, democrática, a atuação da APMF será ativa, caso contrário, a participação da entidade será apenas em momentos pontuais e ou para homologar decisões já tomadas, cumprindo apenas uma formalidade exigida por lei, pois conforme analisa (GADOTTI, 1993 p.49) “Nosso atual sistema de ensino assenta-se ainda no princípio da centralização, em contraste com o princípio constitucional da democratização da gestão”. A APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) é constituída com diretoria própria eleita pela comunidade de pais, professores e funcionários da instituição. Esta se constitui em mais um mecanismo de integração dos diversos segmentos da escola, sua atuação encontra-se em consonância com a proposta pedagógica da escola e com as políticas educacionais vigentes.

A APMF e Conselho Escolar procuram desenvolver um trabalho conjunto, pois o Conselho Escolar possui função deliberativa e deve participar e colaborar as atividades culturais, desportivas e pedagógicas propostas pela APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) e demais entidades da escola.

Outro momento privilegiado para se discutir coletivamente o processo ensino-aprendizagem seria o conselho de classe, que geralmente ocorre ao final de cada bimestre ou trimestre, conforme o sistema de avaliação da escola.

O conselho de classe seria o momento oportuno de se verificar com cada professor as dificuldades apresentadas pelo educando no que se refere à aprendizagem, quais encaminhamentos para se reverter tal situação. Na maioria das vezes, ocorre, nas escolas, um conselho de classe cansativo, com pouca objetividade, muitas turmas para analisar e esta análise atinge a superficialidade, torna-se apenas verificação de notas, geralmente atribuindo culpa ao aluno pelo fracasso. A esse respeito PARO faz o seguinte comentário:

Os conselhos de classe, por exemplo, não podem continuar sendo instâncias meramente burocráticas,

onde se procura justificar o baixo rendimento do aluno, colocando a culpa em fatores externos à escola. É preciso prever instrumentos institucionais que avaliem não apenas o rendimento do aluno, mas o próprio processo escolar como um todo, com a presença de alunos e pais, pois eles são os usuários da escola e a eles compete apontar problemas e dar sugestões de acordo com seus interesses. ( PARO,2006 p.81).

Há escolas que adotaram o conselho de classe participativo, esta é mais uma maneira de se viabilizar a participação de forma democrática na escola pública. São citados muitos exemplos, disponíveis na revista Gestão em Rede distribuídas às escolas através do Ministério da Educação e Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação). Alguns exemplos encontram-se no caderno nº. 88 de setembro de 2008 no site do CONSED<sup>3</sup>. A escola com poder centralizado e hierarquizado perde o espaço para discussão e análise da situação, propor saída para o problema.

O Conselho de classe guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual se desenvolve o processo de trabalho escolar. (DALBEN, 1996, p.16)

Para maior eficácia do conselho de classe, seria necessário o envolvimento de outros segmentos da comunidade escolar, por exemplo, alunos representantes de turmas. A discussão interessa diretamente ao acadêmico, falar-se-á sobre o processo ensino-aprendizagem, quais as dificuldades, que encaminhamentos são necessários para se obter sucesso, certamente, o aluno apresentará sugestões, porém muitos professores não querem esta participação, alegam falta de liberdade para falarem o que pensam. Aquilo que o professor apresentará não poderá ser surpresa, o educando precisa saber, até mesmo antes de se apresentar ao conselho de classe.

Uma outra possibilidade de colaboração para se promover uma ação coletiva, nas escolas, seria a ativação dos grêmios estudantis, pois os mesmos são compostos por alunos da

---

<sup>3</sup> Disponível em <[www.consed.org.br](http://www.consed.org.br)> acessado em 09/12/2008

instituição, sendo um canal de comunicação dos estudantes junto à direção do estabelecimento. O grêmio representa o segmento de alunos, procura defender seus interesses, é um espaço de convivência, de aprendizagem coletiva e prática da cidadania. A participação dos grêmios quando bem orientados pela entidade estudantil, traz valiosa contribuição ao ambiente escolar, pois é uma das instituições mais dinâmicas presentes na escola.

### **Considerações finais**

Nestas considerações finais, é preciso clareza no sentido de se construir uma escola pública democrática, cuja finalidade maior seja o educando, que este permaneça na escola com sucesso. Atualmente, a escola pública apresenta-se seletiva e excludente, com altos índices de evasão e repetência, em especial, no período noturno, pouco tem sido feito para mudar tal situação.

Na tentativa de diminuir o alto índice de evasão e repetência das escolas públicas paranaenses, em especial, o ensino médio noturno, a Secretaria de Estado da Educação propõe, como opção facultativa, aos estabelecimentos de ensino a organização por Blocos de Disciplinas Semestrais no ensino médio diurno e noturno. A orientação para a implantação encontra-se na Instrução nº.021/2008 – SUED/SEED.

As disciplinas concentradas por blocos semestrais possibilita ao educando iniciar ou dar continuidade aos estudos, no início de cada semestre, pois serão ofertados dois blocos de disciplinas simultaneamente, ao término do bloco “a”, poderá iniciar o bloco “b”, no semestre seguinte, independente de ter sido aprovado ou não. Um bloco de disciplinas não é pré-requisito para se cursar o outro, o aluno sempre fará rematrícula ao final de cada bloco. Acredita-se que com esta possibilidade haverá diminuição do número de alunos evadidos e ou reprovados. Ao aluno também será dada a opção de iniciar seus estudos por este ou aquele bloco, certamente, pelas disciplinas que o educando tenha maior facilidade.

Seria fundamental as escolas construírem um projeto político-pedagógico coletivamente, trazer para escola o segmento de pais. Abrir espaço para a participação de professores, alunos, pedagogos, direção, pais, sociedade civil organizada, pois o espaço escolar não pode se fechar à comunidade local.

É preciso que a população defenda a escola reivindique com a mesma intensidade que reivindicam a água, luz, asfalto, postos de saúde etc. Também os profissionais da educação precisam desenvolver um trabalho coletivo, planejar essas ações de forma coletiva, os resultados, certamente, seriam outros.

Várias iniciativas no sentido de se construir um trabalho coletivo consistente tem ocorrido em todo Brasil, portanto, é possível construir uma escola pública democrática, com seus usuários participando ativamente dessa construção, rompendo a centralização do poder presente no interior da escola pública.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná deve proporcionar aos professores e funcionários momentos para capacitação independente de serem ou não efetivos, pois com investimento em formação continuada, certamente, ocorre a valorização dos profissionais da educação e facilita na criação de mecanismos para que a escola possa realizar um trabalho coletivo.

Aos professores salienta-se a necessidade dessa formação para que este possa refletir sobre sua prática em sala de aula. A formação dos funcionários precisa ser na perspectiva de que estes sintam-se educadores, pertencentes à dinâmica de organização da escola pública.

Há também a necessidade de criar um espaço para que os órgãos colegiados participem da escola, tenham poder de decisão, reúnam-se periodicamente, para elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico, e não sejam apenas órgãos figurativos no interior da escola. Um exemplo, seria o Conselho Escolar que possui poder deliberativo, pode contribuir para a descentralização do poder, presente na escola pública, mas também é importante a capacitação

desses órgãos para exercerem de forma eficaz o seu papel. A tarefa de capacitá-los cabe à entidade mantenedora, e também aos gestores e equipes pedagógicas das escolas.

A unidade escolar para a elaboração do projeto político-pedagógico, precisa conhecer as diretrizes gerais que norteiam as políticas de educação paranaense, pois o projeto político-pedagógico deve respaldar-se nessas políticas e não ser divergente dessas. A autonomia da escola é relativa, pois ao elaborar sua proposta curricular, a escola precisa respeitar as normas vigentes ou diretrizes gerais do sistema, conforme estabelece a nova LDB lei 9394/96.

## Referências

BRASIL, MEC – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira** nº 9394 de dezembro de 1996.

BRASIL, MEC - **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**; Secretaria de Educação Básica, caderno 05; 2007.

BRASIL, MEC – **Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura de qualidade da educação**; Secretaria de Educação Básica, caderno 06; 2006.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe**. 4. ed. Campinas: Papirus (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

DALMAS, A. **Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação**. Vozes. Petrópolis. 1994.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Trabalho pedagógico: da fragmentação a unitariedade possível**. In: FERREIRA, Naura S.C. & AGUIAR, Márcia A.S. (orgs) **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** Ed. Campinas: Papirus, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã** 2ª ed.vol.24: Cortez Ed.1993.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E (orgs.). **Autonomia da Escola princípios e propostas**,6ª ed. Cortez Editora, 2004.

PARO, Vítor H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2006.

- \_\_\_\_\_. **Por dentro da escola pública.** São Paulo: 1ª ed. Xamã, 1995.
- ROSSA, Leandro. **Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva, inclusiva e solidária.** Revista da AEC. Brasília, v. 28. n 111, p. 63-72, abri/jun./1999.
- SAVIANI, D; LOMBARDI, J.C.; SANFELICE, J.L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação.** Autores Associados. Campinas, 2002.
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica- Primeiras Aproximações.** Autores Associados. 9ª ed. Campinas – SP, 2005.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro e Marília Fonseca (Orgs)- **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico.** Campinas: SP, Papyrus, 2001 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). P.69-103.
- VEIGA, Ilma Passos A. & RESENDE, Lúcia M.G. de (orgs). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** 4ª ed.Campinas – SP: Papyrus, 2001.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.)- **Projeto Político- Pedagógico da Escola. Uma construção possível.**20ª ed. Campinas: SP, Papyrus.2005.